

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.204 - RJ (2019/0242382-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**
ADVOGADOS : **HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR E OUTRO(S) - RJ062929**
FELIPE GOI JACOB - RJ208540
PEDRO ANTONIO ADORNO BANDEIRA ASSUMPÇÃO - RJ185756
AGRAVADO : **TECNICOM COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA**
ADVOGADOS : **PAULO ANDRÉ VIANNA NASSER - RJ109361**
EDUARDO DE ALVARENGA TAVARES E OUTRO(S) - RJ108892

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"Apelação cível. Rescisão de contrato. Foram celebrados três contratos. Apelante deixou de efetuar o pagamento de um deles em virtude de ter supostamente feito a compensação de outros valores indevidamente pagos.

Contrato que dividiu a prestação em projetos, sendo que a discussão versa sobre a execução dos projetos 4 e 9 do contrato.

Dentre os argumentos trazidos na apelação, a apelante busca desqualificar o depoimento da testemunha Ricardo José Moura da Silva, sendo que não contraditou no momento oportuno.

Vale lembrar que o momento oportuno para apresentação da contradita é aquele compreendido entre a qualificação e o compromisso de dizer a verdade durante a audiência de instrução e julgamento, devendo a arguição de incapacidade, impedimento ou suspeição anteceder o seu depoimento, tal como estabelecido no art. 457, § 1º, do CPC/15. Assim, ouvida a testemunha sob o compromisso, sem que tenha o Réu apresentado contradita naquela oportunidade, restou precluso o direito de requerer tal providência.

Em que pese a conclusão da perícia judicial destoar da conclusão da auditoria interna da apelante (fls. 28-56 – indexador 000031 – processo 0006910-42.2009.8.19.0028), urge salientar que a auditoria interna tem caráter unilateral cedendo à prova produzida sob o crivo do contraditório e ampla defesa.

NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO" (e-STJ fls. 402/403).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ 455/461).

No recurso especial, o recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Aduz que o Tribunal de origem incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao não apreciar aspectos relevantes da demanda suscitados nos embargos declaratórios a

Superior Tribunal de Justiça

respeito da inconsistência da perícia, referente às seguintes questões:

- "- As limitações impostas pelo tempo decorrido desde a execução do contrato até a realização da perícia;*
- Dúvidas sobre as datas de às datas de elaboração dos documentos constantes nos DVD-R, haja vista que o próprio perito disse que precisaria de uma análise in loco para atestá-las, sem que o tivesse feito;*
- Possibilidade de as mídias digitais indicarem apenas que em algum momento alguém tentou caminhar no sentido da execução do que parecia atender ao contrato entre as litigantes, mas sem comprovar sua entrega completa e definitiva;*
- Que um curso que tenha sido realmente administrado ser facilmente provado através de outros de meios, como a relação de inscritos, a lista de presença dos participantes, fotos ou filmagens das atividades do curso ou da sala de aulas;*
- O fato do próprio perito indicar em seu laudo técnico a inexecução de parte dos serviços ou a impossibilidade de comprovação de execução dos serviços" (e-STJ fl. 479).*

Após a apresentação das contrarrazões (e-STJ fls. 507/512), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí a interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Trata-se, na origem, de ação de rescisão contratual ajuizada por Tecnicom Comunicações e Marketing Ltda. em desfavor da Petrobrás objetivando a resolução do contrato firmado entre as partes por inadimplemento da ré e a cobrança dos valores retidos a título de garantia acessória no valor de R\$ 11.708,94 (onze mil, setecentos e oito e noventa e quatro centavos).

Na inicial, a autora, ora recorrida, alega ter produzido todas as fases, com exceção das fases 7 (sete) e 8 (oito) do projeto 2 (dois), fase 8 (oito) do projeto 4 (quatro) e fases 6 (seis), 7 (sete) e 8 (oito) do projeto 9 (nove), em razão de terem sido canceladas pela ré.

A recorrente/ré, por sua vez, alega a inviabilidade de se rescindir o contrato e o pagamento das parcelas requeridas em virtude da inexecução dos projetos 4 (quatro) e 9 (nove), de acordo com o apurado em auditoria interna.

O magistrado de primeiro grau entendeu que a prova da inexecução dos

Superior Tribunal de Justiça

projetos 4 e 9 trazidos pela recorrente, elaborados de forma unilateral, está dissociada da prova pericial, colhida sob o crivo do contraditório, que atesta ter tais projetos sido efetivamente executados.

O Tribunal local manteve referida sentença, conforme atesta a leitura dos seguintes trechos do voto condutor do acórdão:

"(...)

A perícia teve as seguintes conclusões:

1. Há evidência suficiente da execução do projeto 04 até a fase 7 (ou fase 4.7);

2. Há evidência suficiente da execução do projeto 09 até a fase 5 (ou fase 9.4).

Em resposta ao quesito 10 foi dito que há material suficiente para demonstrar a execução do trabalho até a fase 4. Quanto a fase 5 esta é de pré-produção.

"(...)

Quanto as datas da elaboração dos projetos, o perito não realizou a inspeção in loco, diretamente no computador que as produziu de sorte que as datas apresentadas são extraídas do próprio DVD.

Em que pese a conclusão da perícia judicial destoar da conclusão da auditoria interna da apelante (fls. 28-56 – indexador 000031 – processo 0006910- 42.2009.8.19.0028), urge salientar que a auditoria interna tem caráter unilateral cedendo à prova produzida sob o crivo do contraditório e ampla defesa.

Diante disso, é possível concluir que os serviços pagos relativos aos projetos 4 e 9 do contrato 2050.0013354.05.2 (4600184265) foram executados e, portanto, devidamente pagos. Logo, não há direito de crédito referente a esses valores de sorte que a retenção de pagamento dos demais contratos deve ser considerado ilegal" (e-STJ fls. 413/414).

Assim, o argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

De fato, o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.
4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Assim, impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declarando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide, como no caso.

De fato, o não acolhimento das teses ventiladas pelo recorrente não significa omissão ou deficiência de fundamentação da decisão, ainda mais quando o aresto aborda todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUES. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial são inadmissíveis.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.
6. Agravo interno provido. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido" (AgInt no AREsp 1.033.786/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 13.6/2017, DJe 20/6/2017 – grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

